



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA**

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

(Do Sr. Fábio Sousa)

Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a importância cultural da programação religiosa nos meios de comunicação, sobretudo na TV e rádio.

Senhor Presidente,

Requeiro com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) realize audiência pública com a finalidade de debater a importância social e cultural da programação religiosa nos meios de comunicação, sobretudo na TV e rádio e demais veículos de comunicação.

Proponho convidar os seguintes diretores: da Rede Vida, Canção Nova, RBN, Gênese, RIT, TV GOSPEL, Bom tempo (adventista), e FONTE TV. Convidados especiais: Sr. RR SOARES , PADRE MARCELO ROSSI.

Justificação

O Parlamento é o espaço apropriado para discutir as várias percepções da sociedade em sua totalidade. Fundamentado no princípio constitucional da laicidade do Estado, vale entender que o Estado democrático de direito, se funda na supremacia da lei sobre todos, garantindo o interesse comum e a unidade, sem privilégios de alguns sobre os demais.

A compreensão sistêmica da Constituição exige a integração de princípios e valores e considera que a laicidade é a devolução do poder público a todos, sem distinção. Essa posição se funda sobre dois princípios essenciais: liberdade de consciência e a igualdade jurídica, simbólica e espiritual.

O Estado laico é de todos, sem exclusão ou negação de valores, que subsistem a partir da liberdade consciência e da igualdade. Por isso garante justa coexistência da diversidade. Assim, a laicidade respeita as diversas opções espirituais, faz valer e reconhecer que a humanidade é una, antes de dividir-se em credos, mas os respeita.

Esta neutralidade não pode significar um Estado vazio de valores, uma vez historicamente foi formado numa escolha ético-filosófica de princípios. Formados nos direitos mais universais do ser humano, na liberdade e na igualdade, que não impedem as diferenças, mas sim que organiza a convivência fraterna entre as pessoas, capazes de as viverem com distância suficiente para não serem por elas alienados. Há que promover o que une os homens antes de valorizar o que os divide.

Tudo isso justifica que esta Comissão traga para o seu espaço a discussão que não admite um particularismo na visão de sociedade, mas proporcione um espaço de diálogo e de valores num ambiente de autêntica intercompreensão.

Tais considerações levam-me a requerer esta audiência pública, pois o lugar mais legítimo e adequado para se propor a discussão de interesse da sociedade é o Parlamento. A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) é o espaço técnico e político mais apropriado para estabelecer o debate da importância social e cultural da programação religiosa nos meios de comunicação, sobretudo na TV e rádio. Por isso, peço o apoio dos nobres pares a esta iniciativa.

Sala da Comissão, em maio de 2015

Deputado Fábio Sousa

PSDB/GO